Blog do Fausto Macedo

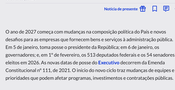
Notícias e artigos do mundo do Direito: a vitrina da Política, Ministério Público e Tribunais

Seguindo

Opinião • Licitações em 2027: rumos e incertezas

Novos mandatos no Executivo e no Congresso, pequenos municípios em adaptação e reforma tributária em curso. O que isso significa, na prática, para quem vende ao governo

PUBLICIDADE



Convidado

Por Ricardo Dias

30/10/2026 | 08h00

Notícia de proveta

O ano de 2027 começa com mudanças na composição política do País e novos desafios para as empresas que fornecem bens e serviços à administração pública. Em 5 de janeiro, toma posse o presidente da República; em 6 de janeiro, os governadores; e, em 1º de fevereiro, os 513 deputados federais e os 54 senadores eleitos em 2026. As novas datas de posse do **Executivo** decorrem da Emenda Constitucional nº 111, de 2021. O início de novos ciclos traz mudanças de equipes e prioridades que podem afetar programas, investimentos e contratações públicas.



Congresso tem de ter hoje a maioria com dois terços para derrubar vetos presidenciais, mas participação nas decisões sobre o orçamento político, diz autor (Foto: Wilton Junior/Estadão)

PUBLICIDADE



Para as empresas, a essência é não adivinhar nomes ou promessas, mas acompanhar como as decisões políticas chegam aos orçamentos e quais oportunidades podem surgir.

Há um detalhe de calendário que muda a leitura do ano. As **eleições municipais** ocorreram em 2024, e os prefeitos estarão no terceiro ano de mandato em 2027. Os municípios, portanto, não terão troca de governo nesse período. Ainda assim, dependem de transferências estaduais e federais, convênios e emendas parlamentares para financiar parte de seus projetos. Os prefeitos continuam os mesmos, mas os interlocutores responsáveis pela destinação dos recursos podem mudar.

No plano federal, a **reeleição** do presidente Luiz Inácio Lula da Silva indica continuidade no comando do Executivo, mas não significa ausência de mudanças administrativas. Um novo mandato pode envolver rearranjos de equipes, redefinição de metas e revisão de programas. Nos estados, a composição dos governos eleitos também pode influenciar prioridades, investimentos e convênios com municípios.

Para você

Tribunal Penal Internacional analisa Trump ao mandar retomar a Justiça


Batata-doce e maçã no desenvolvimento infantil: veja o que aprovar


Como foi a entrada do Brasil na Organização Mundial da Saúde, fim de isolamento e serviço público


Descoberta de petróleo do pré-sal completa 20 anos e turbina a vontade logística de 'nova Dubai'

No **Legislativo**, a renovação da Câmara foi de 33,72%, enquanto dois terços das vagas do Senado estiveram em disputa. Foram eleitos 513 deputados federais e 54 senadores. No Câmara, 311 deputados foram reeleitos, 173 exerceram o mandato pela primeira vez e 29 ex-deputados retornaram à Casa. No Senado, os parlamentares eleitos terão mandatos de oito anos, o que torna relevante acompanhar a composição da Casa ao longo dos próximos anos.

PUBLICIDADE

NEWSLETTER
Política
As principais notícias e colunas sobre o cenário político nacional, de segunda a sexta.
Inscreva-se

Ao se cadastrar em newsletters, você concorda com os Termos de Uso e Política de Privacidade

Esse cenário importa porque o **Congresso** não é, em regra, o responsável direto pelas contratações administrativas, mas participa das decisões sobre o orçamento público. É o Legislativo que aprova e aprova instrumentos como a **Lei Orçamentária Anual (LOA)**, o Plano Plurianual (PPA) e as emendas parlamentares, que podem financiar obras, equipamentos e serviços em estados e municípios.

Para quem fornece ao poder público, três movimentos merecem atenção em 2027.

O primeiro é a continuidade. Programas com recursos empenhados, cronogramas definidos e etapas em andamento podem seguir adiante, abrindo espaço para novas licitações.

O segundo é a mudança de prioridades. Alterações na orientação política e administrativa podem levar à revisão de projetos, à redução de escopos ou à redistribuição de investimentos. O histórico de vendas de uma empresa no ano anterior, portanto, não garante a mesma demanda no seguinte.

O terceiro é a restrição fiscal. Com menos espaço no orçamento, investimentos podem ser adiados e órgãos públicos podem buscar alternativas para reduzir custos, boa não-última oportunidades, mas pode deslocar a demanda a contratos menores, manutenção e soluções que aumentem a eficiência.

PUBLICIDADE

Há também uma particularidade no calendário orçamentário. A proposta da Lei Orçamentária Anual de 2027 será elaborada e encaminhada em 2026, antes das eleições, e sua tramitação ocorreu sob a composição do Congresso que encerra o mandato em janeiro de 2027. Assim, o novo governo inicia o ano com um orçamento aprovado anteriormente, embora possa adotar medidas e promover ajustes dentro dos limites legais.

A agenda de médio prazo ficará mais clara com o Plano Plurianual (PPA) 2028-2031, que deverá ser encaminhado ao Congresso até 31 de agosto de 2027, e com a elaboração do orçamento de 2028. Para os fornecedores, acompanhar esse período ajuda a identificar prioridades e preparar propostas com antecedência.

Antes de participar de uma **licitação**, é fundamental verificar, entre outros aspectos, a existência de dotação orçamentária, as condições previstas no edital e o histórico de pagamento do órgão público. A assinatura do contrato não elimina os riscos de atraso ou recebimento mem dispensa o planejamento financeiro da empresa.

Outro ponto de atenção é o artigo 176 da Lei nº 14.133/2021, a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos. A partir de 1º de janeiro de 2027, os municípios com até 20 mil habitantes deixam de contar com o prazo de adaptação previsto nesse dispositivo para cumprir as exigências específicas do lei. Entre elas está a observância dos requisitos relativos à designação de agentes públicos, a realização de licitações na forma eletrônica e as regras de divulgação em sítio eletrônico oficial.

A mudança exige preparação das administrações municipais e atenção dos fornecedores que participam de processos de contratação nessas localidades. A adequação dos procedimentos contribui para a transparência e a publicidade das licitações.

PUBLICIDADE

A **reforma tributária** também merece atenção, pois poderá afetar os custos das empresas e a formação de preços em novos propostas, além de produzir efeitos sobre contratos em vigor.

Nos contratos administrativos vigentes, a alteração da carga tributária efetiva decorrente da reforma poderá justificar o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, conforme o artigo 374 da Lei Complementar nº 214/2025, desde que o desequilíbrio seja comprovado. Não basta alegar aumento de custos: é necessário demonstrar o impacto com documentação e observar as regras aplicáveis ao contrato.

Nas novas licitações, uma pergunta deve ser respondida antes da apresentação da proposta: a empresa tem estrutura financeira, operacional e técnica para executar o contrato até o fim?

Em alta Política

1. Planalto aposta na aprovação do PEC da Segurança, mas redução da maioridade penal sobe no telhado
2. Pai de Vorcaro pede prisão domiciliar e aproventa lando que aponta risco de complicação intestinal
3. Além de Flávio Bolsonaro, 6 senadores derrotados defenderão Congresso com ações e inquéritos no STF

A licitação é um processo formal, com prazos e consequências definidos. Um documento vencido pode comprometer a habilitação. Um erro na planilha de custos pode levar à desclassificação da proposta ou transformar um contrato aparentemente lucrativo em prejuízo. Falhas na execução podem resultar em notificações, multas e, em casos previstos em lei, sanções que dificultam novas contratações com o poder público.

A preparação para disputar uma licitação e a gestão do contrato após a contratação são etapas diferentes, e ambas exigem atenção.

PUBLICIDADE

Na preparação, o trabalho começa antes do edital: leitura crítica do instrumento convocatório, análise dos riscos e das obrigações, elaboração da proposta e da planilha de custos, conferência dos documentos de habilitação e avaliação da necessidade de impugnações ou recursos. É também o momento de decidir, com critério técnico, se vale a pena disputar o contrato.

Na execução, é necessário acompanhar prazos e medições, avaliar pedidos de reajuste e de reequilíbrio econômico-financeiro, administrar aditivos, responder a notificações e, quando necessário, apresentar defesa em processos administrativos. A gestão adequada permite identificar problemas mais cedo e reduzir riscos durante a vigência contratual.

Por isso, contar com profissionais experientes, como advogados, contadores e consultores técnicos que atuam de forma coordenada, pode ser decisivo. Mais do que viabilizar a participação em licitações, essas equipes ajudam a empresa a avaliar riscos, formular propostas sustentáveis e cumprir as obrigações assumidas. O custo do apoio especializado deve ser comparado aos riscos de uma proposta desclassificada, de um contrato deficitário ou de uma sanção administrativa.

Em 2027, vender ao poder público exigirá planejamento, acompanhamento das mudanças legais e capacidade de avaliar cada oportunidade para além do valor anunciado no edital.

Vale ler também

- Coluna do Estadão — Planalto aposta na aprovação do PEC da Segurança, mas redução da maioridade penal sobe no telhado
- Elaine Cerutchelli — Pascuala e eleição, Vorcaro já sabe quem pode delatar?
- Coluna do Estadão — Proposta de Lara Resende sobre 'salvamento' dos juros recairnde disputa no PT por nomes de Lula 4

Convidado deste artigo

Ricardo Dias

Saiba mais

Advogado especialista em Licitações e sócio do CNF Advogados

Conteúdo

As informações e opiniões formadas neste artigo são de responsabilidade única do autor. Este texto não reflete, necessariamente, a opinião do Estadão.

Compartilhar | Siga nas redes | Siga o Estadão no Google

Encontrou algum erro? Entre em contato

Tudo Sobre

Licitações e política

Notícias mais recentes

Pesquisar

BLOG DO FAUSTO MACEDO
Licitações em 2027: rumos e incertezas
30/10/2026, 08h00 | Por Ricardo Dias

BLOG DO FAUSTO MACEDO
A lei não pode ignorar a economia
16/08/2026, 12h00 | Por Marcos Mollinga e Thais Marçal

BLOG DO FAUSTO MACEDO
Como precificar o risco em obras públicas?
08/07/2026, 12h00 | Por Guilherme Rocketto

BLOG DO FAUSTO MACEDO
Obras públicas via registro de preços: ilegal ou mal compreendido?
01/06/2026, 07h02 | Por Jair Santana

Carregar mais

Mais lidas

1. Planalto aposta na aprovação do PEC da Segurança, mas redução da maioridade penal sobe no telhado
2. A 'vergonha diferente' do general Tomás, que o expôs ao risco da vingança, e a sucessão no Exército
3. Além de Flávio Bolsonaro, 6 senadores derrotados defenderão Congresso com ações e inquéritos no STF
4. Pai de Vorcaro pede prisão domiciliar e apresenta lando que aponta risco de complicação intestinal
5. Pascuala e eleição, Vorcaro já sabe quem pode delatar?